



DEFENSOR PÚBLICO  
GERAL DO ESTADO

**André Luís Machado de Castro**

ÓRGÃOS DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

1º SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO  
*Denis de Oliveira Praça*

2º SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO  
*Rodrigo Baptista Pacheco*

CHEFIA DE GABINETE  
*Paloma Araújo Lamego*

CORREGEDORA GERAL  
*Eliane Maria Barreiros Aina*

SUBCORREGEDOR GERAL  
*Lincoln Cesar de Queiroz Lamellas*

ASSESSORIA DA CORREGEDORIA GERAL  
*Cristina Santos Ferreira*  
*Isabella Maria de Paula Borba*  
*Simone Maria Soares Mendes*

SECRETÁRIA-GERAL  
*Marcia Cristina Carvalho Fernandes*

ASSESSOR PARLAMENTAR  
*Francisco Messias Neto*

COORDENADORA DE MOVIMENTAÇÃO  
*Marcia Cristina do Amaral Gomes*

ASSESSORES DA COORDENAÇÃO  
*Eduardo Rodrigues de Castro*  
*Alexandre de Carvalho Rodrigues Romo*

DIRETOR-GERAL DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS - CEJUR  
*José Augusto Garcia de Sousa*

DIRETORA DE CAPACITAÇÃO  
*Adriana Silva de Brito*

COORDENADORA GERAL DE ESTÁGIO E RESIDÊNCIA JURÍDICA  
*Maria de Fátima Abreu Marques Dourado*

OUVIDOR GERAL  
*Pedro Daniel Strozenberg*

SUBOUVIDOR GERAL  
*Odin Bonifacio Machado*

SUBCOORDENADORA DO CONCURSO  
*Márcia Cristina Carvalho Fernandes*

COORDENADORA DA CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO  
*Gabriela Varsano Cherem*

COORDENADORA GERAL DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS  
*Daniella Capelleti Vitagliano*

COORDENADOR-GERAL DO INTERIOR  
*Marcelo Leão Alves*

COORDENADORA CÍVEL  
*Cintia Regina Guedes*

SUBCOORDENADORA CÍVEL  
*Simone Haddad Lopes de Carvalho*

COORDENADOR DE DEFESA CRIMINAL  
*Emanuel Queiroz Rangel*

DEFENSORIA PÚBLICA

www.dpge.rj.gov.br

SUMÁRIO

Atos da Defensoria Pública-Geral .....	1
Avisos, Editais e Termos de Contratos.....	2

Atos da Defensoria Pública-Geral

ATOS DO DEFENSOR PÚBLICO GERAL

RESOLUÇÃO DPGE Nº 896 DE 03 DE OUTUBRO DE 2017

ESTABELECE O HORÁRIO DE  
FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DA  
DEFENSORIA PÚBLICA, DISPÕE SOBRE O  
HORÁRIO DE ATENDIMENTO, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- a necessidade de assegurar a eficiência e a transparência da prestação da assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, fixando-se parâmetros uniformes para o funcionamento das unidades de atendimento da Defensoria Pública, sobretudo diante do expressivo incremento de demanda causado pela crise econômica que atinge o país e o Estado do Rio de Janeiro;

- a necessidade de se reconhecer e institucionalizar um índice de boas práticas no atendimento ao público, instrumento essencial à manutenção da excelência do serviço prestado pela Defensoria Pública;

- que é direito dos usuários do serviço da Defensoria Pública a informação sobre localização e horário de funcionamento dos órgãos da Defensoria Pública, nos termos do artigo 4º-A, I, "a", da Lei Complementar nº 80, de 12

de janeiro de 1994, com as alterações da Lei Complementar nº 132, de 07 de outubro de 2009;

- que a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), estabelece o dever dos órgãos públicos de promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações sobre horários de atendimento ao público (art. 8º, § 1º, I); e

- a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 (Lei de Participação, Proteção e Defesa dos Direitos do Usuário dos Serviços Públicos da Administração Pública), a qual estabelece, dentre as diretrizes para o serviço público, normas regulamentadoras do atendimento ao público e seus horários, além da aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificação dos atendimentos (art. 4º; 5º, III, VII e XIII e 6º, VI "a" e "b"),

RESOLVE:

**Art. 1º** - Os órgãos de atuação da Defensoria Pública deverão estar abertos, com equipe disponível para prestar informações sobre as rotinas de atendimento, nos seguintes horários:

**I** - Núcleos de Primeiro Atendimento: de segunda a sexta-feira das 08h00min às 16h00min;

**II** - Núcleos Especializados e órgãos vinculados aos juízos únicos, varas judiciais, juizados, câmaras recursais e tribunais: de segunda a sexta-feira das 10h00min às 18h00min;

**III** - Órgãos de atuação que compartilhem o mesmo espaço deverão dividi-lo de forma que o local permaneça aberto de segunda a sexta-feira das 8h00min às 18h00min.

§ 1º - O funcionamento de órgão de atuação em horário diverso do estabelecido no art. 1º da presente Resolução deverá ser objeto de solicitação ao Defensor Público-Geral, com a indicação do horário proposto e as razões de sua peculiaridade.

§ 2º - O horário de funcionamento e os horários para as diferentes rotinas de atendimento deverão ser afixados em local visível.

**Art. 2º** - O atendimento ao público para atividades inerentes à prestação da assistência jurídica deverá ocupar o período mínimo de cinco das oito horas diárias, a que se referem os incisos do art. 1º.

§ 1º - Os horários destinados às diferentes rotinas de atendimento deverão ser informados à Central de Relacionamento com o Cidadão (CRC) para que sejam também divulgados no sítio eletrônico da Defensoria Pública e nos meios de relacionamento com o cidadão.

§ 2º - A chefia imediata do órgão de atuação deverá atualizar as informações sobre horários e rotinas de atendimento junto à CRC em até sete dias da publicação desta resolução, informando no mesmo expediente o telefone de contato e e-mail do órgão, se houver.

§ 3º - Havendo necessidade posterior de alteração nos horários e rotinas de atendimento ao público, esta deverá ser comunicada à CRC até 48 horas antes de sua implementação.

**Art. 3º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 03 de outubro de 2017

**ANDRÉ LUÍS MACHADO DE CASTRO**  
Defensor Público-Geral do Estado

Id: 2062129

RESOLUÇÃO DPGE Nº 897 DE 03 DE OUTUBRO DE 2017

REGULAMENTA A JORNADA DE TRABALHO  
DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM EXERCÍCIO  
NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO E O INTERVALO PARA  
ALIMENTAÇÃO E DESCANSO, INSTITUINDO  
BANCO DE HORAS.

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO:

- as disposições da Lei nº 5.658, de 16 de março de 2010, e do Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975, regulamentado pelo Decreto nº 2.479, de 8 de março de 1979;

- a necessidade de regulamentar, de modo uniforme, a jornada de trabalho e o controle de frequência dos servidores públicos em exercício na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;

- que a Defensoria Pública goza de autonomia administrativa, nos exatos termos do disposto no §2º do art. 134 da Constituição da República e no §1º do art. 179 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, bem como nos termos do art. 97-A da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, com redação dada pela Lei Complementar nº 132, de 07 de outubro de 2009, e do art. 4º da Lei Complementar do Estado do Rio de Janeiro nº 6, de 12 de maio de 1977, com redação dada pela Lei Complementar nº 169, de 13 de janeiro de 2016;

- que os servidores são essenciais ao funcionamento e à qualidade do serviço de assistência jurídica integral e gratuita;

- a necessidade de assegurar transparência e segurança ao servidor da Defensoria Pública, adotando como premissa os bons exemplos praticados por instituições congêneres; e

- que os servidores públicos em exercício na Defensoria Pública desempenham suas funções nos órgãos de atuação, em auxílio ao Defensor Público, ou nos órgãos da administração da Instituição;

RESOLVE:

**Art. 1º** - Fica instituído, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, o quadro de horário funcional, elaborado a partir da informação da chefia imediata sobre o horário cumprido pelos servidores integrantes do quadro permanente, cedidos por outros órgãos e ocupantes de cargos em comissão.

**Art. 2º** - A jornada de trabalho dos servidores da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro é de 40 (quarenta) horas semanais, incluindo-se em seu cômputo os intervalos para alimentação ou descanso que não excedam a 1 (uma) hora por dia.

**Art. 3º** - Os servidores sujeitos a jornada de trabalho igual ou inferior a 6 (seis) horas diárias e superior a 4 (quatro) horas terão direito a intervalo de 15 (minutos) para alimentação ou descanso, incluído no cômputo da jornada.

**Art. 4º** - Caberá à chefia imediata, atendendo ao interesse público e às peculiaridades de cada órgão, estabelecer os horários de início e término da jornada de trabalho, bem como do intervalo para alimentação ou descanso.

**Parágrafo Único** - O intervalo de 1 (uma) hora para alimentação deverá estar compreendido entre as 11 (onze) e as 15 (quinze) horas.

**Art. 5º** - A chefia imediata deverá comunicar à Diretoria de Gestão de Pessoas os horários fixados, na forma do artigo 4º, para fins de validação e planejamento das escalas de serviço e aferição da pontualidade.

§ 1º - As alterações, ainda que temporárias, nos horários da jornada do servidor deverão ser prontamente comunicadas à Diretoria de Gestão de Pessoas.

§ 2º - As horas excedentes deverão ser eventuais e sempre motivadas com a necessidade do serviço e interesse público.

§ 3º - Somente em circunstâncias extraordinárias as horas excedentes poderão superar 2 (duas) horas por dia, hipótese em que deverá haver concordância do servidor designado para a sua realização.

**Art. 6º** - Não serão consideradas no cálculo da jornada de trabalho as horas de serviço voluntariamente prestadas por servidores em plantões judiciais, que autorizem a percepção de diária, na forma do inciso II do art. 24 do Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975.

§ 1º - As diárias, a que se refere o caput, consistirão em indenização no valor equivalente a 1/30 dos vencimentos do servidor.

§ 2º - A forma de designação dos servidores voluntários para atuação nos plantões, de que trata do caput deste artigo, será regulamentada em ato próprio.

**Art. 7º** - Os servidores, indicados no art. 1º, são obrigados ao registro diário de frequência por meios eletrônicos.

§ 1º - Em se tratando de servidores lotados em locais em que inexistam o registro de frequência eletrônico, será adotado o registro por meio de folha individual de frequência.

§ 2º - O ato de registro de frequência é pessoal e intransferível e sua violação sujeita o infrator à responsabilização.

§ 3º - Os servidores deverão registrar no sistema de controle de frequência as seguintes ocorrências:

**I** - início da jornada de trabalho;

**II** - início do intervalo para alimentação ou descanso;

**III** - fim do intervalo para alimentação ou descanso;

**IV** - fim da jornada de trabalho.

§ 4º - A ausência de registro do início ou do fim do intervalo para alimentação ou descanso acarretará o desconto do período correspondente da carga horária registrada no dia em que se verificar a irregularidade.

§ 5º - A eventual ausência de registro de entrada e saída do servidor poderá ser homologada pela chefia imediata, fundamentadamente e até o limite de 3 (três) vezes por mês.

§ 6º - Poderá ser dispensado do registro de frequência o servidor incumbido de funções que, por sua natureza, envolvam o desempenho preponderante de atividades externas, observando-se os seguintes requisitos:

**I** - a dispensa dependerá de prévia autorização da Secretaria Geral, concedida em procedimento administrativo específico deflagrado por iniciativa da chefia imediata;

**II** - o regular exercício das funções será comprovado mediante relatório descritivo de atividades, subscrito pelo servidor interessado e remetido à Secretaria Geral, após ciência da chefia imediata.

**Art. 8º** - Poderão ser compensadas as horas faltantes ou excedentes da jornada de trabalho, a critério da chefia imediata, preservando-se o caráter ininterrupto das atividades.

§ 1º - A compensação deverá ocorrer após o último dia do mês em que se apurarem as horas faltantes ou excedentes ou, em caráter excepcional e após comunicação expressa à Diretoria de Gestão de Pessoas, nos 3 (três) meses subsequentes, com a indicação do período de gozo.

§ 2º - A compensação não poderá resultar em jornada de trabalho inferior a 4 (quatro) ou superior a 10 (dez) horas.

§ 3º - Será permitida a compensação mediante autorização de ausência ao trabalho, desde que o servidor possua horas suficientes, limitando-se sua concessão a 3 (três) dias consecutivos ou 6 (seis) intercalados, para cada período de 3 (três) meses, observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo.

§ 4º - A falta ou ausência injustificada não será passível de compensação.

**Art. 9º** - A elaboração do quadro de horário funcional obedecerá, sem prejuízo do disposto no Decreto nº 2.479, de 8 de março de 1979, aos seguintes critérios:

**I** - será considerado falta o comparecimento ao serviço com mais de 60 (sessenta) minutos de atraso sem autorização, a retirada antes de 60 (sessenta) minutos do final do expediente sem autorização ou a ausência por mais de 60 (sessenta) minutos durante o expediente sem autorização, na forma do art. 145, IV, do Decreto nº 2.479, de 8 de março de 1979;

**II** - será considerado impuntualidade o atraso ao serviço por até 60 (sessenta) minutos sem autorização, retirar-se dentro dos 60 (sessenta) minutos finais do seu expediente sem autorização ou ausentar-se por menos de 60 (sessenta) minutos sem autorização, na forma do art. 145, V, do Decreto nº 2.479, de 8 de março de 1979;

**III** - a apuração de 10 (dez) faltas consecutivas será considerado abandono de cargo, passível de demissão, não sendo permitido que o servidor retome suas atividades, na forma do art. 52, parágrafo 1º, do Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975;

**IV** - se o servidor tiver 20 (vinte) faltas interpoladas no período de 12 (doze) meses, ficará passível de demissão, na forma do art. 52, VI, do Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975.

§ 1º - Não será considerado impuntualidade o atraso não excedente a 15 (quinze) minutos diários.

§ 2º - A ausência ao serviço sem causa justificada implicará a perda do vencimento e vantagens do dia.

§ 3º - A impuntualidade referida no inciso II deste artigo implicará a perda de 1/3 (um terço) do vencimento e das vantagens do dia, na forma do art. 145, V, do Decreto nº 2.479, de 8 de março de 1979.

§ 4º - As horas pendidas com a participação em cursos e treinamentos determinados ou autorizados pela Secretaria Geral serão computadas como de efetivo exercício, desde que ministradas no mesmo turno da jornada de trabalho diária do servidor.

**Art. 10** - Caberá à Diretoria de Gestão de Pessoas a gestão do sistema de controle de frequência e adoção das medidas cabíveis em relação aos servidores em situação irregular.

**Parágrafo Único** - O desconto das faltas ou impuntualidades não impedirá a apuração de eventual infração disciplinar.

**Art. 11** - É vedado dispensar o servidor do registro de frequência, bem como abonar faltas ao serviço, ressalvadas as hipóteses legais, cuja análise caberá à Diretoria de Gestão de Pessoas.

§ 1º - Em casos excepcionais e devidamente justificados, a falta poderá ser abonada pela chefia imediata, limitada a 4 (quatro) eventos anuais, devendo as razões de seu deferimento constar expressamente do sistema de registro de frequência.

§ 2º - A falta abonada é considerada, para todos os efeitos, presença ao serviço, na forma do art. 84, §1º, do Decreto nº 2479, de 08 de março de 1979.

**Art. 12** - É assegurado aos servidores o acesso aos registros de controle de sua frequência para fins de conferência, facultando-lhes a abertura de procedimento administrativo para correção de eventuais inconsistências.

**Art. 13** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 03 de outubro de 2017

**ANDRÉ LUÍS MACHADO DE CASTRO**  
Defensor Público-Geral do Estado

Id: 2062168



DE 02.10.2017

**REMOVE** o Exmo. Sr. Defensor Público Dr. **JORGE AUGUSTO ESPOSITO DE MIRANDA** da 3ª DP CRIMINAL JUNTO AO STF/STJ para a 2ª DP - 20ª CÂMARA CÍVEL - TJ a partir de 01.11.2017.

**REMOVE** a Exma. Sra. Defensora Pública Dra. **PAULA ZOLOTHAR LAHMEYER DUVAL** da DP - 1ª VARA DE FAMÍLIA - COMARCA DE TERESÓPOLIS para a DP - VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - COMARCA DE TERESÓPOLIS a partir de 01.11.2017.

**REMOVE** o Exmo. Sr. Defensor Público Dr. **DIEGO BRILHANTE DE ALBUQUERQUE MIRANDA** da DP - 3ª VARA DE FAMÍLIA - COMARCA DE VOLTA REDONDA para a 2ª DP - 3ª VARA CRIMINAL/JÚRI - COMARCA DA CAPITAL a partir de 01.11.2017.

**REMOVE** a Exma. Sra. Defensora Pública Dra. **MARCELLA BARA FERREIRA** DA DP REGIONAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO para a DP ÚNICA - COMARCA DE PATY DO ALFERES, a partir de 01.11.2017.

Id: 2061852

DESPACHO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL  
DE 04/09/2017

**\*PROCESSO Nº E-20/001/824/2017 - RATIFICO** a declaração de Inexigibilidade de licitação em estrita observância ao disposto no art.26, da Lei nº 8.666/93 para contratação da Empresa CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA, no valor total de R\$ 16.629,00 (dezesseis mil seiscentos e vinte e nove reais), referente ao custeio 06 vagas para servidores da DPGE/RJ no curso de "Gestão Integrada de Almoxarifado e Patrimônio" com início em 06/09/2017 e término em 09/09/2017.

Omitido no D.O. de 05/09/2017.

Id: 2061901

COORDENADORIA DE MOVIMENTAÇÃO  
DESPACHOS DA COORDENADORA  
DE 02.10.2017

**PROC. Nº E-20/10.320/88 - FATIMA MARIA BESSA DIAS**, Defensora Pública, matrícula 180.050-7. Considerando as peculiaridades do caso, bem como a ausência de prejuízo ao bom desempenho das funções institucionais, **DEFIRO** o gozo de FÉRIAS, no período de 01 a 15 de novembro de 2017.

**PROC. Nº E-20/10.108/02 - RITA JAMILE ASSAD BICUDO**, Defensora Pública, matrícula 860.689-9. Considerando o erro material ocorrido à fl. 147, devidamente justificado nos documentos de fls. 152/153, **ACOLHO** o pedido de férias para 01 a 15 de novembro de 2017, e, como consequência, retifico o despacho publicado no D.O. de 10.08.2017.

**PROC. Nº E-20/10.525/93 - DENISE HERBSTER PEREIRA LERMA SILVA DE BAKKER**, Defensora Pública, matrícula 294.970-9. Considerando a titularidade da interessada (Classe Especial), o requerimento de aposentadoria (fls. 139/144), bem como a ausência de prejuízo, seja na elaboração do mapa de movimentação do segundo grau, seja para o serviço público, **DEFIRO** férias antigas para gozo nos meses de novembro e dezembro de 2017.

**PROC. Nº E-20/11.187/12 - INGRID MODESTO SOARES DA COSTA**, Defensora Pública, matrícula 969.618-8. Considerando a necessidade de Defensores Públicos no desempenho das funções institucionais, **ACOLHO** o pedido de renúncia ao gozo de férias no mês de NOVEMBRO de 2017, e excluo a requerente da tabela.

**PROC. Nº E-20/10.899/95 - MARCIA TORRES BOTTANY**, Defensora Pública, matrícula 815.717-4. Considerando a necessidade de Defensores Públicos no desempenho das funções institucionais, **ACOLHO** o pedido de renúncia ao gozo de férias no mês de NOVEMBRO de 2017, e excluo a requerente da tabela.

**PROC. Nº E-20/10.543/00 - PALOMA ARAUJO LAMEGO**, Defensora Pública, matrícula 852.751-7. Considerando a função atualmente exercida pela requerente (Chefe de Gabinete), o que não influencia a elaboração do mapa de movimentação, além da ausência de prejuízo para o serviço público, **DEFIRO** o gozo de férias no período de 03.10.2017 a 06.10.2017.

**PROC. Nº E-20/10.295/12 - RACHEL GONÇALVES SILVA**, Defensora Pública, matrícula 969.594-1. Considerando a necessidade de Defensores Públicos no desempenho das funções institucionais, **ACOLHO** do pedido de renúncia parcial ao gozo de férias no período de 16 a 30 de NOVEMBRO, e excluo a requerente da tabela de férias nesse período.

**PROC. Nº E-20/10.602/02 - ALESSANDRA RODRIGUES PAPA**, Defensora Pública, matrícula 860.762-4. Considerando a necessidade de Defensores Públicos no desempenho das funções institucionais, **ACOLHO** o pedido de renúncia ao gozo de férias no mês de NOVEMBRO de 2017, e excluo a requerente da tabela.

**PROC. Nº E-20/10.458/12 - MARCELLA BARA FERREIRA**, Defensora Pública, matrícula 969.597-4. Considerando a necessidade de Defensores Públicos no desempenho das funções institucionais, **ACOLHO** do pedido de renúncia parcial ao gozo de férias no período de 16 a 30 de NOVEMBRO, e excluo a requerente da tabela de férias nesse período.

**PROC. Nº E-20/11.689/03 - ROBERTA LUIZE DOERING DE MAGALHAES FRAENKEL**, Defensora Pública, matrícula 877.426-7. Diante do requerido e das peculiaridades do caso, **ACOLHO** o pedido de cancelamento de FÉRIAS no período de 17 a 31 de outubro de 2017, e excluo a requerente da tabela de afastamentos durante o mencionado, podendo gozá-las oportunamente.

**PROC. Nº E-20/10.761/03 - FABIO LUIZ PEREIRA DA SILVA**, Defensor Público, matrícula 877.711-9. Considerando a necessidade de Defensores Públicos no desempenho das funções institucionais, **ACOLHO** do pedido de renúncia parcial ao gozo de férias no período de 01 a 15 de NOVEMBRO, e excluo o requerente da tabela de férias nesse período.

**PROC. Nº E-20/10.642/06 - CAROLINA SALES BONARD JANUZZI**, Defensora Pública, matrícula 896.789-5. Considerando a necessidade de Defensores Públicos no desempenho das funções institucionais, **ACOLHO** os pedidos de renúncias aos gozos de férias nos meses de NOVEMBRO e DEZEMBRO de 2017, e excluo a requerente das tabelas.

**PROC. Nº E-20/10.068/01 - ADRIANA MICHELOTTI KUHLEN**, Defensora Pública, matrícula 836.359-0. Considerando as peculiaridades do caso concreto, a titularidade da interessada, a concordância expressa da colega subscritora do pedido, bem como a ausência de prejuízo seja para o serviço público, seja para a elaboração do mapa de movimentação, **DEFIRO** o gozo de férias para fruição no período de 09.10.2017 a 11.10.2017.

**PROC. Nº E-20/10.524/03 - JULIANA DE ALBUQUERQUE FRANÇA DOS ANJOS VESSELIZZA**, Defensora Pública, matrícula 860.744-2.

CORREGEDORIA GERAL

AVISO

A CORREGEDORA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao estatuído no art. 4º, II da Ordem de Serviço nº 111, de 15 de junho de 2016, **AVISA** aos Excelentíssimos Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro que no dia 30/10/2017, às 12:00h, nas dependências da Corregedoria Geral, será realizado sorteio público para escolha de 04 (quatro) grupos de órgãos, para realização das CORREIÇÕES ORDINÁRIAS, seguindo o cronograma abaixo:

	CORREIÇÃO	MÊS DA CORREIÇÃO	SORTEIO DOS ÓRGÃOS	VISITA PRESENCIAL
VII		NOVEMBRO/2017	10/11/2017 às 12:00 h	27 a 30/11/2017
VIII		DEZEMBRO/2017	10/11/2017 às 12:00 h	11 a 15/12/2017
IX		JANEIRO/2018	01/12/2017 às 12:00 h	08 a 12/01/2018
X		JANEIRO/2018	01/12/2017 às 12:00 h	15 a 19/01/2018

Id: 2061854

AVISO

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, **AVISA** aos Defensores Públicos e servidores que durante o mês de outubro de 2017 o registro eletrônico de frequência, regulamentado na Resolução DPGE nº 897, de 03 de outubro de 2017, será utilizado a título de teste, em concomitância com a folha de ponto, nos termos do cronograma a seguir:

CRONOGRAMA DE INSTALAÇÃO DO REGISTRO ELETRÔNICO DE FREQUÊNCIA	
04/10/2017	Publicação da Resolução que regulamenta a jornada de trabalho dos servidores em exercício na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; disponibilização do tutorial sobre o sistema; disponibilização das perguntas frequentes.
06/10 a 11/10/2017	Instalação dos aparelhos biométricos; cadastramento biométrico e do login e senha dos servidores; envio à Diretoria de Gestão de Pessoas das informações sobre a jornada de trabalho dos servidores, a serem prestadas pelas respectivas chefias imediatas.
16/10/2017	Verificação pela Diretoria de Gestão de Pessoas da conformidade do envio das informações.
17/10/2017	Início da utilização do sistema.

Id: 2062134

TRENS MAIS NOVOS  
E CADA VEZ MAIS RÁPIDOS.  
ISSO DEVERIA SER BOM  
PRA TODO MUNDO.

Diariamente, pessoas andam nos trilhos para cortar caminho ou não pagar passagem. Muitas dessas infrações, lamentavelmente, acabam virando graves acidentes.

A modernização e o maior número de trens reduziram o tempo de viagem, diminuiram a espera nas plataformas e aumentaram o conforto. Isso é ótimo para os passageiros.

Mas ficou ainda pior para quem atravessa os trilhos, mesmo sabendo que é proibido.

Para nós, tão importante quanto transportar pessoas em segurança é preservar a vida de todos.

supervia

Trens Urbanos

ODEBRECHT

Mobilidade

NÃO CAMINHE NOS TRILHOS.  
UMA CAMPANHA PELA VIDA.

SuperVia Fone 0800 726 9494 - [www.supervia.com.br](http://www.supervia.com.br)  
[facebook.com/superviarj](https://facebook.com/superviarj) - @SuperVia\_trens  
[superviafone@supervia.com.br](mailto:superviafone@supervia.com.br) (Deficientes auditivos)

AGETTRANS 0800 265 9796